

Chase prevê a moratória

RUY VEIGA
correspondente

São Paulo — "O Brasil já pediu moratória quanto ao aspecto principal de sua dívida externa. Em relação aos pagamentos dos juros, esta é uma situação bem mais séria. E os bancos internacionais seriam menos flexíveis nesta questão, pois isto seria um revés em relação à ajuda creditícia que vem dando ao País nos últimos meses".

Estas opiniões foram apresentadas ontem em São Paulo pelo vice-presidente do Chase Manhattan Bank, Robert Slighton, em entrevista coletiva concedida na sede da Federação do Comércio. O banqueiro afirmou ainda que existe efetivamente uma nova rodada de negociações entre o governo brasileiro, os bancos privados e o governo dos Estados Unidos para uma possível ampliação dos projetos financeiros. Estas negociações, cujos detalhes recusou-se a comentar, poderiam confirmar um novo pacote de auxílio ao Brasil através do sistema internacional.

Ainda falando a respeito da moratória, Slighton lembrou a existência de sérias dificuldades de "cash flow" nas contas externas do País. Estas dificuldades se resumiriam, inclusive pelo não cumprimento de prazos, dos países compradores do Brasil quanto aos pagamentos de importações.

"Pode-se também constatar a existência de desvios de divisas para o mercado paralelo. Este desvio pode ser identificado se fizermos as contas: entrada de capitais no País, via balanço de pagamento, menos os cumprimentos de compromissos externos. As reservas excedentes não cobrem o que entrou, o que implica que está faltando dinheiro, desviado ao paralelo", afirma Slighton.

O banqueiro norte-americano não quis precisar qual o montante do desvio, mas disse que é suficiente para apresentar diferenças nas contas externas do País.

ALARGAMENTO DO PROJETO 2

Relacionado com a questão das novas rodadas de negociações tripartites, Brasil, Estados Unidos, Sistema Bancário, o vice-presidente do Chase Manhattan Bank informou que o País enfrenta no momento dificuldades para pagar empréstimos com vencimento previsto para dezembro deste ano. Ou seja, haveria uma necessidade de alargamento do Projeto Financeiro 2, linhas de crédito externas, de modo a que obrigaría o País a solicitar novos empré-

timos, o que justificaria uma nova rodada de conversações entre as três partes.

"Isto não significa que houve uma imprevisibilidade das autoridades brasileiras, mas sim, que surgiram necessidades de correções no percurso", ressalva Slighton.

Indagado se haveria possibilidade de uma extensão nos prazos dos "bridge loans" que o Brasil vem contraindo, Slighton respondeu que não saberia como os bancos internacionais reagiriam a tal atitude. "Declarar moratória é um assunto muito sério". O problema dos "bridge loans" tem que ser visto dentro do panorama brasileiro. Na opinião do banqueiro, os problemas de caixa do Brasil são temporários e poderão ser solucionados breve, por isso não devem ser precipitados raciocínios ou decisões. "Os problemas serão solucionados, desde que o Governo tome as medidas necessárias para isso".

O Brasil dividiu seus compromissos externos em semestres e que os programas financeiros assumidos são anuais. Portanto, segundo Slighton, não se deve esperar qualquer melhoria no primeiro semestre, os resultados positivos, se aparecerem, somente poderão ser avaliados ao final deste ano.

PROJETOS 3 e 4

"Quando saí de Nova Iorque a semana passada, deixei o Projeto 3 resolvido. Conseguiu-se US\$ 9,3 bilhões, quando o Brasil havia solicitado apenas US\$ 8,8 bilhões. Os bancos consideraram que foi um sucesso a negociação deste projeto", afirma Slighton. O Chase Manhattan Bank foi o coordenador junto aos bancos internacionais do Projeto 3.

Já em relação ao Projeto 4, o banqueiro acha-o mais difícil, mais lento. Na semana passada, segundo ele, em Nova Iorque já se observavam alguns progressos nas negociações e as cifras estão próximas daquelas estipuladas por Langoni, no mês de dezembro. Slighton identifica os maiores obstáculos ao Projeto 4, a questão do overnight financeiro que o Brasil pretende impor à discussão externa. "Há outras dificuldades, também dos bancos que não têm negociações constantes com o Brasil, que são os que se mostram mais relutantes quanto à concretização".

Do ponto de vista dos bancos, Slighton considera que as autoridades brasileiras cumpriram seus compromissos externos e estão apresentando satisfações razoáveis aos credores. "Elas reconheceram o problema em tempo e tomaram as medidas

necessárias para saná-lo. Considero os planos para a salvação um pouco ambiciosos, mas não vejo com um pouco de esforço, maiores dificuldades para solucioná-los".

O risco do Brasil para os banqueiros internacionais é o mesmo de todos os países em desenvolvimento industrial. Ou seja, uma economia que apresenta riscos. "Por isso, o País necessita de tomar recursos fora. Uma das consequências disso é que o 'spread' é alto e não tenderá a cair".

"Não gostaria de estar na pele do ministro Delfim Netto. Senti no País um certo pessimismo, em relação à minha última estada no País. A curto prazo as soluções são difíceis, mas a longo prazo o Brasil poderá resolver seus problemas", assinalou Slighton. Para ele, as coisas melhorarão.

JUROS

Perguntado sobre se os banqueiros internacionais teriam interesse em investir num país, cujos juros são de quarenta por cento ao ano (como mínimo), Slighton disse que para pagar tal taxa o negócio terá que ser muito lucrativo. Caso as taxas persistirem por muito tempo, elas se tornarão destrutivas. "Eu acredito que elas deverão baixar. Senti este desejo por parte do governo e dos empresários".

Slighton disse não acreditar que a estatização dos bancos solve o problema das taxas de juros. "A estatização nunca resolveu na queda dos juros. O México estatizou seus bancos, na esperança de obter uma queda e os juros não caíram. Quando se estatiza, a ocorrência de uma queda nas taxas significa que o lucro dos bancos estava muito alto".

Sobre os juros externos, o banqueiro previu que as taxas tanto da "Libor", como da "Prime-rate", terão uma queda de um por cento, ou um pouco mais, nos próximos seis meses. Para ele, o Tesouro dos Estados Unidos e o Federal Reserve Bank (FED) inverteram suas prioridades. Antes buscava-se a queda da inflação, agora propõe-se um reaquecimento da economia com a finalidade de obter-se crescimento e uma melhoria no nível de emprego.

Em relação ao superávit na balança comercial brasileira, Slighton considera a meta um pouco otimista, mas pode ser alcançada. Ele diz que isso é uma tendência: "O importante para o Brasil não é atingir o superávit de seis bilhões, mas apresentar uma melhoria de três a quatro bilhões de dólares".